



GRUPO DE ESTUDOS NO PIBID DE CIÊNCIAS SOCIAIS: A CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E O AVANÇO DO EXTREMISMO POLÍTICO

João Paulo Ocke de Freitas¹
Marcos Augusto de Castro Peres²

RESUMO

Este Relato visa apresentar os resultados parciais de um Grupo de Estudos sobre a cultura política democrática diante do avanço de uma agenda política extremista. Este Grupo de Estudos visa, sobretudo, promover os direitos humanos, por meio da reflexão sistemática, com professores e alunos do Ensino Médio das escolas de Ilhéus e Itabuna, na Bahia, acerca dos direitos e garantias individuais constitucionalizados. Visa, além disso, horizontalizar a atividade formativa dos bacharelados, ao conectar professores e alunos da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e das escolas de Ilhéus e Itabuna. A justificativa para o desenvolvimento do Grupo de Estudos está relacionada com o atual contexto de fragilização dos princípios e instituições da democracia. Esse é o contexto específico que estimula e justifica a realização do Grupo de Estudos, que mira o reforço de valores democráticos de tolerância e de respeito ao pluralismo. A consciência dos direitos é uma das primeiras condições para que o indivíduo possa exercer a cidadania. Num país em que o Estado e a esfera privada demonstram graves falhas em cumprir a função de prestigiar a dignidade da condição humana, combater as desigualdades e proteger os cidadãos, é preciso que os brasileiros estejam atentos para os direitos que lhes são garantidos pela legislação. Conhecer essa legislação é um importante passo para que os cidadãos possam atuar de forma consciente na sociedade e contribuir para que o país possa superar seu “déficit de cidadania”. A discussão sobre cultura política é um eixo em torno do qual os conteúdos específicos da Ciência Política, da Sociologia, da Antropologia, da Pedagogia, da História, da Filosofia e do Direito podem ser articulados com vista a ampliar a compreensão acerca dos requisitos para o funcionamento social e politicamente operativo da democracia, bem como dos processos de violação de direitos.

Palavras-chave: Educação, Democracia, Extremismo, Cultura Política, Cidadania.

¹ Doutor em Ciência Política (UFPE), Professor Assistente de Ciência Política do Curso de Ciências Sociais, colaborador voluntário do subprojeto do PIBID de Ciências Sociais até novembro de 2025 e coordenador do subprojeto do PIBID de Ciências Sociais após novembro de 2025, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), jpofreitas@uesc.br.

² Doutor em Educação (USP), Professor Adjunto de Sociologia do Curso de Ciências Sociais e coordenador do subprojeto do PIBID de Ciências Sociais até novembro de 2025, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), macperes@uesc.br





INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar os resultados parciais alcançados pelas atividades desenvolvidas no Grupo de Estudos “Cultura política e democracia”, no âmbito do PIBID de Ciências Sociais da UESC, cuja proposta é a de promover uma reflexão acerca do papel exercido pela educação no enfrentamento da ascensão de agendas políticas de raiz autoritária. O Grupo de Estudos vincula a visão dos professores supervisores e dos bolsistas para criar estratégias que levem os alunos do Ensino Médio a reconhecerem a importância da tolerância, da existência do pluralismo e do respeito a normas de convivência pactuadas por instituições democráticas.

Os professores-supervisores e os bolsistas articulam a experiência obtida no cotidiano escolar com o conhecimento teórico que as Ciências Sociais elaboraram acerca do papel da educação para os aprimoramentos necessários do regime democrático no Brasil e, por conseguinte, para a promoção dos direitos humanos e para a identificação dos direitos e garantias individuais constitucionalizados.

O Grupo de Estudos pressupõe que a consciência acerca desses direitos é um ingrediente cívico para tornar mais efetiva tanto a convivência democrática quanto a compreensão acerca do papel mediador das instituições de coordenação e de cooperação próprias dos regimes democráticos em sociedades complexas. Esse Grupo de Estudos visa, ademais, horizontalizar a atividade formativa dos bacharelados, ao conectar professores e alunos da UESC às Escolas de Ensino Médio de Ilhéus.

Neste artigo, são usados de forma intercambiável os termos “cultura política”, “cultura cívica”, “cultura democrática” e “confiança nas instituições democráticas”. Este artigo inicialmente apresentará uma breve discussão teórica acerca de como os estudos sobre a cultura política podem incrementar a compreensão acerca do papel da educação no aprimoramento da democracia. Há, nesses estudos, importantes conclusões e indicação de algumas limitações metodológicas, referentes ao enfrentamento do problema de “se”, “por que” e “como” maiores níveis educacionais afetam a confiança na democracia. Em seguida, será apresentada a organização, a dinâmica e a programação do Grupo de Estudos para, na sequência, ser desenvolvida uma discussão a respeito dos resultados parciais obtidos até o momento, no âmbito das atividades do PIBID – Ciências Sociais nas escolas de Ilhéus.





OS ESTUDOS SOBRE CULTURA POLÍTICA E A PERMANÊNCIA DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS

Os estudos sobre cultura política remontam à obra *The Civic Culture* (1963), de Gabriel Almond e Sidney Verba; é, portanto, um tema com uma tradição no campo das Ciências Sociais. Nessa perspectiva, uma das mais relevantes questões postas pelas Ciências Sociais (notadamente pela Sociologia Política e pela Ciência Política) diz respeito às implicações institucionais da confiança manifestada pelos cidadãos em relação ao funcionamento dos regimes democráticos.

José Álvaro Moisés (2005a, 2005b, 2008) refletiu sobre essa relação sem pressupor que a qualidade das democracias pode ser garantida apenas por uma adesão acrítica e subserviente às instituições públicas, e sem negar que há insuficiências teóricas e empíricas importantes acerca do “se”, do “por que” e de “como” os cidadãos manifestam sua confiança nas instituições democráticas.

Moisés (2008) chama a atenção para o fato de que, já no início dos anos 2000, na América Latina, e, especialmente, no Brasil era significativo o número de cidadãos “ambivalentes”, que optavam por um regime democrático incompleto ou incapaz de garantir participação e representação, tendo-se em vista que preferiam uma “democracia sem Congresso” e uma “democracia sem partidos”, exatamente duas das instituições definidoras do regime democrático. Esses “ambivalentes” concordavam com a afirmativa segundo a qual a “democracia é o melhor sistema de governo”, mas, ao mesmo tempo, eram capazes de preferir um “governo autoritário em algumas circunstâncias” ou expressavam indiferença a “um regime democrático ou autoritário”; concordavam com a afirmação de que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, mas, ao mesmo tempo, discordavam que “a democracia é o melhor sistema de governo, apesar de apresentar alguns problemas”.

Chama a atenção o decréscimo de índices de confiança nas instituições democrática tanto em democracias antigas e bem consolidadas quanto em regimes democráticos estabelecidos a partir de autocracias e ainda pouco rotinizados. Esse decréscimo é mensurado em pesquisas realizadas, por exemplo, pelo *World Values Survey* (WVS)³, Observatório Polí-

³ Veja o site: <<https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>>





tico Sul-Americano (OPSA)⁴, *Varieties of Democracy* (V-Dem)⁵, *Latinobarómetro*⁶ e *Freedom House*⁷. De todo modo, há sempre uma dificuldade de compreender a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, no que diz respeito, especialmente, à avaliação da qualidade da democracia, tarefa que carrega relevantes dificuldades metodológicas, até porque incertezas e imprevisibilidades estão presentes na vida cotidiana de sociedades cada vez mais complexificadas.

Assim, os sistemas eleitoral e partidário passaram a ser objeto de descrédito por parte da população em países bem diferentes entre si, que apresentam graus variados de desenvolvimento econômico e social. Isso se revela nos níveis mais baixos de filiação partidária e mesmo de comparecimento eleitoral. Ocorre que tais fenômenos não são exatamente uma novidade: a adesão a pautas políticas de raiz autoritária não é um fenômeno abrupto; é possível pensar numa trajetória ou numa progressiva predisposição para exibir valores incompatíveis com a democracia, que poderiam estar apenas latentes. Disso decorre a possibilidade de apoio dos cidadãos a um líder que menospreze a democracia.

É importante, então, pensar a confiança nas instituições democráticas como adesão dos cidadãos a determinados valores que constituem o substrato da democracia: a liberdade, o império da lei, a participação, a tolerância etc. Isso porque são princípios que opõem a democracia à pauta extremista.

Ainda assim, a concepção teórica comunitarista enfatiza a participação política dos cidadãos, para além do processo eleitoral, como forma decisiva de superar os ciclos viciosos de degradação da própria cidadania. Nesse sentido, a conquista do bem público, e mesmo a atribuição de sentido ao que deve ser o “bem público”, requerem uma educação voltada para o entendimento de que a conquista do bem comum não implica a abolição da divergência de interesses na sociedade. Este é dos maiores desafios do processo pedagógico na contemporaneidade, diante do cenário de ascensão de pautas políticas extremistas: como admitir o conflito de interesses como recurso necessário para o aprimoramento da democracia?

Chantal Mouffe (2005, 2015) estabelece diretrizes importantes para uma prática pedagógica que pretenda promover a cultura cívica: não se trata de estabelecer consensos pré-

⁴ Veja o site: <<http://opsa.com.br/>>

⁵ Veja o site: <<https://www.v-dem.net/>>

⁶ Veja o site: <<https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>

⁷ Veja o site: <<https://freedomhouse.org/>>





vios ou de homogeneizar a solução de conflitos, mas, sim, de legitimar as diferenças de identidade ideológicas, de gênero, raça, etnia, religião ou cultura para dinamizar a ação política que visa alcançar finalidades públicas.

Mouffe (2005) destaca a importância da prática cívica que aceita e entende as regras pactuadas do jogo político, a partir das quais os cidadãos agem em comunidade: são as normas, os procedimentos e as instituições que regulam o modo como os cidadãos reconhecem e resolvem as suas diferenças e servem como base para o julgamento político que os cidadãos são capazes de elaborar. Portanto, o desafio é o de aceitar que o antagonismo não pode ser erradicado e, ao mesmo tempo, prestigiar o pluralismo político.

Torna-se, possível, então, pensar numa educação para o agonismo, tal como propugnado por Chantal Mouffe: uma “domesticação do antagonismo” implica o reconhecimento da legitimidade de relações adversariais (e não de relações entre inimigos); e o senso de pertencimento a um mesmo ente político, em que as regras do jogo político são vistas como legítimas pelos atores políticos. Vale dizer que a sociedade democrática liberal pluralista tende a permitir (e não a suprimir) a expressão adversarial dos conflitos entre os atores políticos, e repele o ideal da sociedade democrática perfeitamente harmônica. Regras do jogo, espaço simbólico, valores e princípios ético-políticos é que devem ser compartilhados pelos atores. É o papel exercido por normas, procedimentos e instituições que devem ser objeto da prática educacional no Ensino Fundamental e Médio. Entende-se que esse aprendizado, por si só, já constitui exercício de virtude cívica que pode ser ampliado e estendido para a ação cotidiana da vida comunitária.

Considere-se, ademais, que a desconfiança nas instituições democráticas está intimamente relacionada à ideia de que importa a precaução contra os abusos de poder, diante dos quais a desconfiança pode até ser vista como desejável. Afinal, o suporte teórico liberal frisa a necessidade da criação de mecanismos institucionais para proteger os cidadãos em relação à possibilidade de sofrerem por causa de opressão governamental ou de violações de direitos. Os próprios mecanismos de *accountability* expressam a percepção de que os que controlam o poder são responsabilizáveis, devem ser monitorados e fiscalizados para não abusarem do poder e não exercerem o poder de forma discricionária. Portanto, democracia implica desconfiança. Talvez, segundo Rodrigo Schlegel (2013), maior escolaridade amplie a desconfiança nas instituições exatamente porque amplia o senso crítico dos cidadãos.





Ocorre que pesquisas empíricas, como a realizada por Schlegel (2013), procuram investigar se o aumento da escolaridade média no Brasil mudou o comportamento político do brasileiro, pressupondo que a educação seja um preditor de comportamento político e um dos determinantes da boa convivência democrática. Apesar das dificuldades metodológicas, Schlegel indica que o caso brasileiro não confirma que maior grau de escolaridade promove maior apoio à democracia, participação e confiança nas instituições. Como ele adverte, os resultados da pesquisa não negam globalmente a expectativa de associação entre escolaridade e confiança, mas não é uma associação certa e inequívoca. Disso decorre a hipótese que Schlegel propõe que seja investigada: a má qualidade da educação gera menos habilidades e recursos cognitivos que se refletem negativamente em termos de recompensa política. E ainda propõe a agenda de pesquisa: a escolarização combinada com níveis de ensino que trazem recompensa política declinante terá balanço líquido favorável no agregado?

Claro está que as limitações informacionais devem ser sempre consideradas na relação entre indivíduos e os atores que dirigem ou integram as instituições democráticas, mas o complexo de valores culturais dos cidadãos pode ser aprimorado desde a Educação Fundamental. Por isso, o PIBID – Ciências Sociais implementou o Grupo de Estudos “Cultura política e democracia”, tendo em vista alcançar um melhor entendimento acerca da relação entre educação e cultura democrática.

O GRUPO DE ESTUDOS NO PIBID – CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA

A equipe executora do Grupo de Estudos Cultura política e democracia, no âmbito do PIBID – Ciências Sociais é composto pelo coordenador de área Prof. Dr. Marcos Augusto de Castro Peres e pelo colaborador voluntário Prof. Dr. João Paulo Ocke de Freitas (DFCH-UESC).

A cada mês letivo, foram definidos dois Encontros, nos quais foi discutida uma bibliografia específica, antecipadamente distribuída aos professores-supervisores e bolsistas. A cada Encontro, um bolsista apresentava brevemente o conteúdo da bibliografia selecionada e, logo em seguida, era iniciado um debate sobre os tópicos mais importantes do tema selecionado. Foi sempre proposto que o conteúdo abordado em cada Encontro estivesse relacionado às dinâmicas pedagógicas desenvolvidas pelos professores-supervisores e bolsistas nas duas esco-





las de Ilhéus onde o PIBID é realizado: Colégio da Polícia Militar e o Instituto Federal de Educação.

A Ementa que rege as atividades do Grupo é: “O regime democrático no Brasil pós-1988. O art. 5º da Constituição de 1988. Apoio à democracia no Brasil. Déficit de cidadania. Desconfiança nas instituições democráticas. Limites e possibilidades de uma educação para a democracia”.

O objetivo geral a ser alcançado pelo Grupo é o de “analisar o papel exercido pelo ensino de Sociologia no Ensino Médio no processo de internalização de práticas democráticas”. Os objetivos específicos estipulados para o Grupo são: “identificar os modos pelos quais o ensino de Sociologia leva à internalização de valores democráticos; definir as “práticas democráticas” com base no art. 5º da Constituição Federal; avaliar os riscos da corrosão do regime democrático; problematizar as noções de “confiança” e de “desconfiança” nas instituições democráticas; compreender como a aquisição de capital social pode aperfeiçoar o desempenho das instituições democráticas; elaborar um Plano de Aula de Sociologia para o Ensino Médio que inclua as reflexões debatidas pelos integrantes do Grupo de Estudos”.

Com base nas considerações teóricas acima analisadas foi escolhida a bibliografia básica a ser lida e debatida nos Encontros, juntamente com os professores-supervisores e bolsistas:

ENCONTRO 1 – CONFIANÇA E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Bibliografia:

MOISÉS, José Álvaro (2005a). A desconfiança nas instituições democráticas.

MOISÉS, José Álvaro (2005b). Cidadania, confiança e instituições democráticas.

ENCONTRO 2 – A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A NOÇÃO DE “CULTURA POLÍTICA”

Bibliografia:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

MOISES, Jose Álvaro (2008). Cultura política, instituições e democracia: lições da experiencia brasileira.

ENCONTRO 3 – O CAPITAL SOCIAL E A NOÇÃO DE “DESEMPENHO INSTITUCIONAL”

Bibliografia:

PUTNAM, Robert D (2006). Explicação do desempenho institucional.





ENCONTRO 4 – A TENSÃO ENTRE A DEMOCRACIA E O AUTORITARISMO

Bibliografia:

APPLEBAUM, Anne (2021). O crepúsculo da democracia: como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política.

ENCONTRO 5 – A DEMOCRACIA E O COMBATE À TIRANIA

Bibliografia:

SNYDER, Timothy (2017). Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente.

ENCONTRO 6 – O APOIO À DEMOCRACIA NO BRASIL

Bibliografia:

MENEGUELLO, Rachel (2013). As bases do apoio ao regime democrático no Brasil.

ENCONTRO 7 – EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Bibliografia:

SCHLEGEL, Rogerio (2013). A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes.

ENCONTRO 8 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA POLÍTICA PRÓ-DEMOCRÁTICA

Bibliografia:

INGLEHART, Ronald (1993). Democratização em perspectiva global.

ENCONTRO 9 – TOCQUEVILLE: MALES E REMÉDIOS DA DEMOCRACIA

Bibliografia:

TOCQUEVILLE, Alexis (1998). A democracia na América. Livro I, Advertência da 12ª ed.; Introdução; 1ª parte – cap. III e IV; 2ª parte – cap. I, IV e VII.

TOCQUEVILLE, Alexis (2000). A democracia na América. Livro II, 2ª parte – cap. I, II e XX; e 4ª parte – cap. I e III.

ENCONTRO 10 – CULTURA POLÍTICA, IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Bibliografia:

BORBA, Julian (2005). Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro.

ENCONTRO 11 – CULTURA POLÍTICA, INSTITUIÇÕES E EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO BRASIL

Bibliografia:

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido (2007). Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil.





ENCONTRO 12 – CONFIANÇA E CULTURA POLÍTICA

Bibliografia:

LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento (2004). Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina.

ENCONTRO 13 – DEMOCRACIA FORMAL, CULTURA POLÍTICA INFORMAL E CAPITAL SOCIAL NO BRASIL

Bibliografia:

BAQUERO, Marcello (2008). Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil.

ENCONTRO 14 – A “CULTURA DEMOCRÁTICA” É ESSENCIAL PARA A DEMOCRACIA?

Bibliografia:

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando (2003). Democracia e cultura: uma visão não culturalista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma questão relevante, que desafia a educação, diz respeito à forma como os alunos vivenciam a democracia no seu cotidiano ou à forma como ocorre o desempenho das instituições públicas. Isso vale não apenas para a percepção do funcionamento do Congresso, da Câmara de Vereadores, da Prefeitura, do Judiciário, da Presidência da República etc. Além dessas instituições importa para a percepção dos cidadãos como, por exemplo, a educação pública, a saúde pública, a segurança pública, o transporte público, a limpeza pública, o saneamento básico são efetivamente vivenciados no dia a dia. Vale dizer: que concepção de “público” os próprios alunos do Ensino Médio podem elaborar a partir do que, por eles, é concretamente vivido?

Moisés (2025a, 2025b) discute, a partir desse problema o descompasso entre a valorização do regime democrático e a avaliação negativa referente ao funcionamento das instituições públicas. O princípio da igualdade de todos perante a lei é bastante distorcido quando a realidade social e econômica do país é devidamente considerada.

Isso leva à consideração de que o aprendizado acerca dos valores democráticos que devem ser preservados decorre da experiência existencial, concreta, dos jovens do Ensino Médio, mas pode ser estimulado também pelas reflexões em sala de aula. Afinal, a própria





crítica às instituições ou a busca de soluções para que se alcance um melhor funcionamento das

instituições já é, *per se*, o exercício de virtudes cívicas que podem contribuir para o desenvolvimento de laços comunitários e de projetos comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe verificar se, na análise da qualidade da democracia, a variável independente são as instituições ou se é a cultura política ou a educação cívica. Essa discussão teórica não é recente na Ciência Política e pode-se deixar estabelecido que, se as instituições importam muito para a ação política, os interesses e os valores dos cidadãos também devem ser incorporados à análise política.

Sabe-se, de igual modo, que tais mecanismos, definidores do chamado “Estado Democrático de Direito”, não são suficientes para resolver de forma plena a exclusão social e as desigualdades econômicas próprias da dinâmica capitalista. A experiência cotidiana que os cidadãos adquirem diante das instituições políticas, educacionais, de saúde pública, moradia, de segurança, de transporte etc. também importa muito para que desenvolvam um bom nível de adesão às práticas democráticas. Entretanto, mesmo em países social e economicamente desenvolvidos, líderes políticos extremistas conseguem ser eleitoralmente competitivos. O que significa afirmar que a educação permanece como variável importante a ser considerada nos estudos sobre democracia.

REFERÊNCIAS

APPLEBAUM, A. **O crepúsculo da democracia: como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008.

BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 147-68, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 jan. 2025.





INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, Campinas, v. I, n. 1, p. 09-67, 1993.

LOPES, D. M. N. Nascimento. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. **Opinião Pública**, v. 10, n. 1, p. 162-187, 2004.

MENEGUELLO, R. As bases do apoio ao regime democrático no Brasil. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EdUSP, 2013. p. 93-120.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**. Campinas, V. XI, N. 1, P. 33-63, 2005a.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**, São Paulo, V. 65, P.71-94, 2005b.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 23, N. 66, p. 11-43, 2008.

MOUFFE, C. A política e o político. In: _____. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015. E-Book.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, N. 25, P. 11-23, 2005.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. **Lua Nova**, n. 58, p. 9-35, 2003.

PUTNAM, R. D. Explicação do desempenho institucional. In: _____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 97-132.

RIBEIRO, E. A. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 205-219, 2007.

SCHLEGEL, R. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes. In: MOISÉS, J. A; MENEGUELLO, R. (Org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EdUSP, 2013. p. 175-199.

SNYDER, T. **Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: leis e costumes**. Livro I, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: sentimentos e opiniões**. Livro II, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

